

O papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade



Ziller, Joana; Barretos, Dayane do Carmo; Xavier, Kellen

Joana Ziller

joana.ziller@gmail.com

UFMG, Brasil

Dayane do Carmo Barretos

dayanebarretos@gmail.com

UFMG, Brasil

Kellen Xavier

kellencxavier@gmail.com

UFMG, Brasil

Esferas

Universidade Católica de Brasília, Brasil

ISSN-e: 2446-6190

Periodicidade: Cuatrimestral

vol. 1, núm. 27, 2023

revesferas@gmail.com

Recepção: 09 Janeiro 2023

Aprovação: 20 Junho 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/806/8064508016/>

DOI: <https://doi.org/10.31501/esf.v1i27.14392>

Financiamento

Fonte: Fapemig

Número do contrato: APQ-01686-22

Número do contrato: BPD-00336-22

Ao publicar na revista Esferas, os autores declaram que o trabalho é de sua exclusiva autoria e assumem, portanto, total responsabilidade pelo seu conteúdo. Os autores retêm os direitos autorais de seu artigo e concordam em licenciar seu trabalho usando uma Licença Pública Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0), aceitando assim os termos e condições desta licença (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode>). Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do artigo publicado para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito aos criadores do trabalho (autores do artigo). Os autores concedem à revista Esferas o direito de primeira publicação, de se identificar como fonte publicadora original do trabalho e concedem à revista uma licença de direitos não exclusivos para utilizar o trabalho das seguintes formas: vender e/ou distribuir o trabalho em cópias impressas e/ou em formato eletrônico; distribuir partes e/ou o trabalho como um todo com o objetivo de promover a revista por meio da internet e outras mídias digitais e impressas; gravar e reproduzir o trabalho em qualquer formato, incluindo mídia digital. Em consonância com as políticas da revista, a cada artigo publicado será atribuída uma licença CC BY-NC 4.0, a qual estará visível na página de resumo e no PDF do artigo com o respectivo link para os termos da licença. Licença Creative Commons Quaisquer materiais publicados nessa revista estão licenciados com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.



Resumo: Neste artigo, defendemos que a mídia tem um papel pedagógico no dispositivo da sexualidade, tomado a partir de Foucault. Para tanto, partimos do conceito de dispositivo para evidenciar a forma como produções midiáticas diversas atuam contribuindo para a manutenção da cisheteronormatividade e da binariedade de gênero enquanto padrão social, da infância à idade adulta, não apenas proibindo e escondendo, mas também produzindo representações do que é desejável do ponto de vista normativo.

Palavras-chave: Dispositivo, Mídia, Gênero, Sexualidade, Cisheteronormatividade.

Abstract: In this article, we argue that the media has a pedagogical role in the apparatus of sexuality, taken from Foucault. To do so, we start from the concept of a apparatus to show how different media productions act, contributing to the maintenance of cisheteronormativity and gender binary as a social standard, from childhood to adulthood, not only prohibiting and hiding, but also producing representations of what is desirable from a normative point of view.

Keywords: Apparatus, Media, Gender, Sexuality, Cisheteronormativity.

Resumen: En este artículo argumentamos que los medios tienen un papel pedagógico en el dispositivo de la sexualidad, tomado de Foucault. Para eso, partimos del concepto de dispositivo para mostrar cómo actúan diferentes producciones mediáticas, contribuyendo al mantenimiento de la cisheteronormatividad y el binarismo de género como norma social, desde la infancia hasta la edad adulta, no sólo prohibiendo y ocultando, sino produciendo representaciones de lo que es deseable desde un punto de vista normativo.

Palabras clave: Dispositivo, Medios, Género, Sexualidad, Cisheteronormatividad.

1. INTRODUÇÃO

Como é que a gente se torna (Beauvoir, 1949) mulher? Uma vez que as múltiplas configurações socioculturais que levam ao reconhecimento de certos corpos e experiências como típicos das mulheres não têm relação direta com a natureza, como evidencia Oyěwùmí (2021), como aprendemos a seguir agindo de acordo com a ficção regulatória do gênero (Butler, 2019)? E qual o papel da mídia nessa discussão?

A partir de tais perguntas, nos voltamos, neste artigo, ao papel pedagógico exercido pela mídia no dispositivo da sexualidade (Foucault, 1988). Compreendendo que a heterossexualidade compulsória (Rich, 2019) está intimamente vinculada à lógica binária de gênero, que prescreve não só os comportamentos esperados de homens e mulheres, como também uma complementaridade entre eles, nossa intenção é apresentar um debate em torno do papel da mídia nas estratégias de ordem disposicional que regem gênero e sexualidade.

"As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos", afirma Butler (2019, p. 216), por meio da "materialização contínua e incessante de possibilidades" (Butler, 2019, p. 216). Entendemos que tanto as mídias tradicionais, como as plataformas de mídias sociais atuam no jogo de visibilidade que cotidianamente nos apresenta possibilidades a partir das quais nos constituímos.

As mídias, assim, tomam parte no dispositivo da sexualidade a partir de um papel pedagógico, que aponta estímulos e sanções, estabelecendo um rol de possibilidades tanto dóceis, quanto de resistência em relação à norma^[1] - e as sanções socialmente instituídas frente a tais resistências. Mais do que um dispositivo pedagógico da mídia (Fischer, 2002), entendemos que estamos tratando do papel midiático no dispositivo da sexualidade - ou do papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade.

Assim, neste artigo, ao apresentar a discussão sobre dispositivo e mídia, principalmente no que se refere ao controle dos corpos, trazemos exemplos aleatoriamente tomados de produções midiáticas que evidenciam tal aspecto pedagógico, a fim de tensionar as formas de atuação e atualização desse dispositivo. Acionamos durante o debate produções diversas como músicas, séries, filmes, telenovelas e desenhos infantis, que demonstram como a cisheteronormatividade penetra nossas vidas cotidianas, ensinando como devemos ser. Não temos a pretensão de esgotar as possibilidades de análise dessas produções, mas sim de evidenciar as formas variadas com que a mídia exerce esse papel pedagógico.

2. O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

De definição bastante ampla, o dispositivo foucaultiano é usado por uma diversidade de abordagens no campo da comunicação. Uma das definições mais adotadas do termo foi cunhada pelo filósofo em uma entrevista, em que definiu dispositivo como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1996, p. 244).

O dispositivo é visto pelos leitores do trabalho de Foucault como uma ampliação da discussão de episteme (Castro, 2005; Revel, 2005) ou mesmo uma chave de leitura para toda a sua obra (Raffnsøe, 2008). Conceito menos flexível quanto parece ser em um primeiro olhar, o dispositivo pode ser entendido como uma

ambiência, um quadro organizador (Alzamora, Ziller & d'Andréa, 2017). Tucherman (2005) remete ainda ao jogo de luz e sombra que o compõe.

A discussão sobre o dispositivo começa a ganhar fôlego na obra de Foucault quando ele trata da sexualidade.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (Foucault, 1988, p. 100).

O dispositivo da sexualidade, assim, é composto por uma rede de práticas que respondem a estratégias de saber-poder, que tem como resultado estratégico a manutenção da heterossexualidade e, de forma correlata, do binarismo de gênero. Ou seja, o dispositivo da sexualidade está tanto no tamanho padrão da cama de casal, pensada para comportar duas pessoas, quanto na legislação que estabelece como casal um homem e uma mulher^[2]; está nos desenhos animados infantis que reiteram repetida e padronizadamente como meninos e meninas devem se comportar e nas peças publicitárias que chamam para comemoração do Dia dos Namorados; nas lojas de roupas e joias para casamento e na cobertura jornalística de crimes contra as mulheres. Tais exemplos apontam para o quão diversa e heterogênea é a rede que compõe o dispositivo da sexualidade. Entretanto, não se deve perder de vista que no dispositivo, pensando como uma rede de práticas, tais elementos não determinam, mas predispõe a fazer.

Defendemos, aqui, que as práticas midiáticas compõem tal rede. No que tange à sexualidade, a mídia age tanto na função coercitiva, quanto na produtora. Nesse sentido, cabe ressaltar novamente o entendimento foucaultiano de que o poder não apenas proíbe, mas produz; é constituído por "mecanismo positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder" (Foucault, 1988, p. 71). Sendo assim, o potencial pedagógico da mídia é utilizado de forma a estimular e predispor a determinados modos de viver, determinadas experiências em detrimento de outras - no caso da sexualidade e do gênero, contribuindo para a cisheteronormatividade.

A partir da discussão foucaultiana, entendemos que a mídia tem duplo papel pedagógico no dispositivo da sexualidade: reforça saberes e discursos ao mesmo tempo em que reitera interdições, predispondo o fazer tanto a partir do estímulo a certo modo de agir, quanto do desencorajamento a outros. Pensar o papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade remete, em alguma medida, às ideias de tecnologia de gênero (Lauretis, 2019), de pedagogia da sexualidade (Louro, 2015), do gênero como "materialização contínua e incessante de possibilidade" (Butler, 2019, p. 216) e, seguindo essa linha do masculino e feminino como "termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem" (Preciado, 2018).

Partindo dessas afirmações de Preciado e Butler, nos voltamos a como a mídia se insere nessa *ficção regulatória* (Butler, 2019). Se, como afirma Louro, "a sexualidade é 'aprendida', ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos" (2015, p. 11), como a mídia contribui para tal processo pedagógico? Tal reflexão se baseia, ainda, na linha traçada por Foucault (1988), que entende a sexualidade como "tecnologias sexuais", à qual Lauretis dá prosseguimento, propondo que "o gênero, como representação e como autorrepresentação, fosse produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema" (Lauretis, 2019, p. 123).

3. DISPOSITIVO MIDIÁTICO E PEDAGÓGICO DA MÍDIA

O conceito de dispositivo midiático permite compreender as relações múltiplas da mídia com a sociedade. Evidencia as formas como a mídia se faz presente na sociedade em sua vida cotidiana, com sua materialidade técnica, sua imaterialidade simbólica, além dos atravessamentos diversos de ordens social, cultural, político, econômico, institucional (Alzamora, Ziller & d'Andréa, 2017). Desse modo, pensar a mídia como dispositivo

é uma forma de se atentar para os modos como ela constitui as próprias relações sociais - e é constituída por elas.

Uma vez que o conceito de dispositivo nos permite compreender que há todo um conjunto de relações que regem e constituem regimes de poder, o dispositivo midiático nos auxilia a escapar de um viés em que a mídia se reveste como detentora do poder de manipular os sujeitos sociais de forma unilateral, sem negociação, se resistência.

Nesse sentido, Braga (2011) foca na interação para tratar a relação entre mídia e dispositivo. Vários outros pesquisadores aproximam o dispositivo do campo da Comunicação e da mídia, como Mouillaud (2002), Fischer (2002, 2005), Tucherman (2005), Antunes e Vaz (2006), Bruck (2012), para citar apenas alguns.

Olhar para a mídia como dispositivo significa vê-la como parte de uma rede de práticas composta por outros tantos atores, instituições, materialidades e imaterialidades que possuem um resultado estratégico esperado e se mantêm em constante atualização, vinculando-se ao contexto sócio histórico. A mídia, portanto, constitui as próprias relações sociais, mas também é constituída por elas, é atravessada pelas tensões e reveladora dessas mesmas tensões. É a relação entre práticas sociais, materialidades, discursos e sujeitos que uma análise disposicional da mídia permite examinar.

A grande participação das diversas manifestações midiáticas nas experiências dos sujeitos contribui tanto para a configuração e o reforço de saberes, quadros morais, estereótipos, opiniões, entre outros; como para a sua própria transformação e atualização, em uma relação de mutualidade. “O dispositivo constitui, assim, uma ambiência que estabelece disposições para o agir por meio da rede que o constitui” (Alzamora, Ziller & d’Andréa, 2017).

Mas o dispositivo, da maneira como o aborda Foucault, não tem existência isolada: “como rede, encontra-se sempre enredado em outras redes” (Alzamora, Ziller & d’Andréa, 2017). Ou seja, não é possível descartar que a mídia, vista como dispositivo, segue também como parte de outras redes de práticas, outros dispositivos. É isso que estamos defendendo: não nos interessa aqui olhar para o dispositivo midiático, mas para o papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade.

Tal concepção dialoga com a apresentada por Fischer (2002, 2005) quando esta trata do papel central que a TV tem na constituição dos sujeitos, cunhando o conceito de dispositivo pedagógico da mídia. Menos do que uma discordância em relação a Fischer (2002, 2005), nos voltamos aqui a uma diferença de foco. Estamos olhando para a maneira como a mídia compõe pedagogicamente o dispositivo da sexualidade, tomando parte nessa rede de práticas e contribuindo para conformar predisposições para o agir.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA MÍDIA NO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

O controle e a dimensão prescritiva que atuam sobre os corpos, com o auxílio do papel pedagógico exercido pela mídia, estão intimamente vinculados a regimes de poder situados em determinado contexto histórico. O poder atua por meio de dispositivos heterogêneos, instáveis, que se constituem a partir de estratégias direcionadas a determinado resultado. As práticas pedagógicas da mídia são ferramentas que visam garantir a manutenção daquilo que é normativo. Ao falarmos em gênero e sexualidade, essas dimensões estão fortemente presentes e uma das formas de predispor a modos de vida normativos é vê-los nas produções midiáticas.

Partindo da discussão de Butler de que “gênero é aquilo que colocamos, invariavelmente, sob controle, diária e incessantemente, com ansiedade e prazer” (2019, p. 229), entendemos que parcela do conteúdo veiculado pelas mídias, sejam elas tradicionais ou plataformizadas, se volta ao papel pedagógico-normativo de mostrar quais são os modos adequados de ser mulher e de ser homem (como se houvesse apenas essas duas opções); e, por outro lado, quais as sanções que podemos esperar ao desviar de tais modos. Connel & Pearse lembram que punições e penalidades como “(...) a criminalização do adultério feminino na Charia (lei religiosa islâmica), a prisão de mulheres transexuais por violar a ordem pública - essas ações só fazem sentido

porque as questões que elas envolvem não são determinadas por natureza" (2015, p. 37). Afinal, afirmam, códigos e legislações não costumam prever interdições a quem viola leis da termodinâmica, por exemplo.

Preciado (2014) lembra que sexo e gênero são dispositivos inscritos em um sistema tecnológico complexo, sendo que "a natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação: natureza = heterossexualidade" (Preciado, 2014, p. 59), fazendo com que, no sistema capitalista heterocentrado, ou do patriarcado heterocolonial (Preciado, 2022) o corpo esteja a serviço da reprodução sexual e da produção de prazer genital heterossexual.

Estímulos e sanções relacionadas a gênero e sexualidade, sejam eles previstos nas leis ou vividos na norma, precisam ser aprendidos - aprendizado que começa na infância, mas é ratificado cotidianamente por toda a nossa vida. Frases como "Não seja boba, Peppa, esse é um dos vestidos da mamãe, é rosa!"^[3], dita por Papai Pig quando Peppa mostra sua camisa de futebol que deveria ser branca, mas foi acidentalmente tingida, compõem um conjunto de textos midiáticos presentes em parte significativa das animações infantis que, ao mostrarem personagens constantemente vestindo, usando acessórios ou em ambientes decorados em azul ou rosa, contribuem para a ideia de que rosa é cor de menina, azul é cor de menino. Na mesma linha, os superpoderes do Sr. Incrível (força) e da Mulher Elástica (flexibilidade), em *Os Incríveis*, ainda que desconsideremos o contexto tipicamente cisheteronormativo em que ela é dona de casa e ele trabalha para sustentar a família, são significativos o suficiente para mostrar quais habilidades homens e mulheres devem almejar, mesmo em se tratando do universo de super-heróis.

Nesse sentido, Foucault (1988, 2014) defende que o controle biopolítico não opera apenas proibindo e recriminando, mas também produzindo conhecimentos a partir dos parâmetros desejáveis segundo os padrões normativos - e que saber e poder andam juntos e são determinantes no dispositivo da sexualidade.

O papel disciplinar e o pedagógico se imbricam. Louro (2015) ressalta que a pedagogia da sexualidade e o disciplinamento dos corpos são correlatos; Castro (2016) entende as práticas pedagógicas como parte da disciplina - que estaria na escola, na família, nos quartéis, nas fábricas. Foucault (2014) detalha, em *Vigiar e Punir*, a profunda relação entre as escolas e a disciplina.

Entender o papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade passa pelo que se configura como disciplinar. Raffnsøe (2008) lembra que, enquanto a lei é a ferramenta responsável por determinar, de uma só vez, o desejável e o indesejável, o permitido e o proibido, a disciplina atua no indivíduo preventivamente, impossibilitando que o indesejável apareça. A disciplina opera tanto de forma repressiva, como de modo positivo e produtivo. Disciplinar é, ao mesmo tempo, visibilizar e estimular modos de agir e de ser desejáveis socialmente, e reprimir modos de agir e de ser que não são desejáveis, de maneira a garantir a manutenção da norma, no nosso caso, da cisheteronormatividade.

Segundo Navarro (2008, p. 134, tradução nossa), o corpo é como "um texto cultural resultado de muitos e heterogêneos dispositivos de disciplina, no qual a matriz sexo/gênero tem um lugar de destaque"^[4]. Sendo assim, quando falamos em gênero e sexualidade, não temos leis tipificadas que definam que a única possibilidade é a heterossexualidade e a binaridade, mas contamos com normatividades que vão determinar a binaridade como hegemônica, amparada fortemente pela heterossexualidade.

Quando se trata de biopoder, não é apenas a esfera punitiva que controla os corpos, mas também a disciplina que nos habita de forma produtiva. Sendo assim, "o corpo já não habita os espaços disciplinadores: está habitado por eles" (Preciado, 2018, p. 86). É o que o autor chama de regime farmacopornográfico, em que "as tecnologias se tornam parte do corpo: diluem-se na nele, tornando-se somatotécnicas. Como resultado, a relação corpo-poder torna-se tautológica: a tecnopolítica assume a forma do corpo, é incorporada" (Preciado, 2018 p. 85).

O regime farmacopornográfico consiste na articulação entre as novas tecnologias que se voltam ao corpo, como biotecnologia, endocrinologia, engenharia genética, cirurgia e as representações sobre os corpos presentes na fotografia, internet, cinema, televisão que possuem alta penetrabilidade no cotidiano. Desse

modo, tanto o que se infiltra em nossos corpos, como a forma como eles são representados midiaticamente constituem a nossa experiência. É nesse laboratório sexopolítico que os gêneros são produzidos, tornando o corpo um reduto onde as transações de poder são realizadas (Preciado, 2018).

Retomando o exemplo anterior, não são apenas o comprimento de 1,88m e a largura de 1,38m que fazem do móvel uma *cama de casal*. É também o conjunto de filmes e séries em que um homem e uma mulher aparecem deitados nessa cama, dormindo, conversando ou fazendo sexo que age sobre a constituição da concepção social que temos desse mobiliário - além das várias imagens que relacionam estar sozinho nessa cama à ideia da solidão ou exibem o espaço como pequeno e desconfortável para uma maior quantidade de pessoas. A cama de casal como conceito é tanto fruto das características físicas do móvel, quanto do imaginário social que o envolve - e, nesse aspecto, a mídia pode ter tanta agência na rede como as vivências familiares, por exemplo.

Ao falar sobre as apresentadoras e apresentadores que faziam parte da programação infantil da TV aberta nos anos 1990, Natália Borges Poleto (2020) lembra que Xuxa, Angélica, Mara Maravilha e Sérgio Malandro “ajudaram a moldar o pensamento e o comportamento de uma geração - o consumo de suas músicas, de suas bonecas e bonecos, de seus programas, entupidos de discursos da heteronorma branca, sexista e classista” (p. 140-141, 2020). Tais exemplos também evidenciam que as músicas, animações, conteúdos diversos que acessamos em plataformas, séries, noticiário não dão origem ao gênero, mas reafirmam cotidianamente concepções normativas amplamente performadas, as apresentando como possibilidades a serem seguidas na contínua materialização que é a performatividade de gênero (Butler, 2019, p. 216).

Faça a conta de em quantos filmes e séries está presente a cena em que uma mulher jovem, branca, magra e sem deficiência apresenta um anel de noivado às amigas, que seguram sua mão e gritam um agudo “aaaaahhhhhhhh”. A sibilante aprovação se relaciona à caracterização da personagem como aquela não apenas escolhida para o casamento por um homem, mas também por um homem bem-sucedido o suficiente para pagar por um anel com um grande diamante. Nessa concepção, a mulher ganha legitimidade por esse par de características - é boa o suficiente para conquistar um homem, e não um qualquer, mas um que tem um alto poder aquisitivo. Propomos uma outra experiência: abra agora qualquer aplicativo de músicas e ouça as 10 mais tocadas no país. Todas (ou quase) as músicas apontam para relações romântico-afetivo, a maioria delas reservando aos homens um papel central e, às mulheres um “em função” - mesmo quando tratam da liberdade sexual -, prescrevendo/reafirmando comportamentos.

Enquanto este texto é escrito^[5], todas as músicas da lista no Spotify tratam de relações afetivo-sexuais: três cantam relacionamentos encerrados, afirmando que a ex sofre (“*Haja colírio pra esse olho vermelho/Cê chorou o mês inteiro/Haja copo pra esconder sua expressão de desespero/Tá sofrendo, né? Nega não, tá sim/E vai piorar se não voltar ligeiro pra mim*”^[6]), que ela deve ser a solução para o sofrimento do homem (“*Sem você não sirvo pra beber/Sem você só sirvo pra chorar / (...) Nesse grau que eu 'to, é só o seu beijo de glicose*”^{[7].[8]} ou dizendo como uma ex deveria se portar (“*Ela é do tipo que respeita o término recente/Ela tem cabeça, ela é consciente/Não sai beijando qualquer boca que vê pela frente*”^[9]). Outras três canções se referem ao papel de provedor do homem, remetendo ao tráfico de mulheres (Rubin, 2018), à ideia de que mulheres são objetos à venda (*Mandei colocar 500 ml no seu peito/(...) Pode escolher seu presente/Pra compensar esse meu tempo ausente/Gasta na Gucci, na Farm e na Fendi*^[10]; “*Ganha silicone e harmonização/Então relaxa, nós faz o Pix ou passa no cartão/(...) O seu peito eu turbinei, até a bunda nós comprou/Por isso que ela se abre e me chama de amor*”^[11]; ou “*Quanto que tu cobra pra sair da minha cabeça?/Pode ser no Pix, com tanto que eu te esqueça*”^[12]). Há, ainda, duas músicas que falam do papel de insaciável e insensível que se espera dos homens (“*Faltou comida em casa, eu procuro na rua/Eu sou cachorro nato, baby, atura ou surta*”^{[13][14]}; “*Não atenda de primeira aquela ligação/Suma em plena*

sexta-feira, sem dar satisfação/Em caso de ciúme, não assume/E as velas da mesa do jantar, esquece, não pode acender/Se escapar um 'eu te amo', sem querer/Acione o plano B¹⁹).

Tais temáticas não aparecem excepcionalmente na lista - exceção é a presença, entre as mais tocadas, de músicas que tratem do cotidiano, como *A Ordem Natural das Coisas*, de Emicida; ou do racismo, como *Capítulo 4, Versículo 3*, de Mano Brown, músicas que ganharam notoriedade quando foram lançadas. Via de regra, as músicas que chegam às mais tocadas no Brasil nas plataformas tratam de relacionamentos afetivo-sexuais a partir de uma tessitura cisheteronormativa, que frequentemente reitera para a mulher o lugar de quem cuida; de quem é financeiramente provida; de quem deve ser sensata e desculpar os deslizes masculinos, inclusive ao seguir o que diz o homem; de quem deve provocar e suprir o desejo sexual masculino, mas nem sempre os próprios.

As plataformas de mídias sociais, como o aplicativo Spotify, merecem um debate à parte (Ziller *et. al.*, 2022). A mediação algorítmica adotada na grande maioria das plataformas se baseia em aspectos primordialmente quantitativos, o que aponta para a relevância do Efeito Mateus, fenômeno também chamado de *rich get richer*. Inspirado na passagem bíblica "a quem tem, mais será dado, e terá em grande quantidade", o Efeito Mateus consiste na percepção de que tudo o que está em vantagem numérica tende a crescer.

Isso significa que, nas plataformas de mídias sociais, o que já é prevalente tende a se tornar ainda mais presente. Quando olhamos para as questões de gênero e sexualidade, ampliar a circulação daquilo que já circula mais comumente significa também reiterar o que é visto socialmente como padrão, potencializar a circulação de conteúdos normativos. Nesse sentido, Bishop (2017) defende que o modelo de negócios do YouTube privilegia publicações de homens brancos de classe média; Bucher (2017) mostra que a padronização das postagens que mais circulam, muito além da temática, chega até a escolha das palavras e do tom de voz; e Monea (2022) mostra que, em função da mediação algorítmica, a marginalização de pessoas LGBTQIA+, a misoginia e a cisheteronormatividade se amplificaram.

É a partir desse quadro que faz sentido para nós pensar a mídia como agente pedagógico na rede de práticas que compõe o dispositivo da sexualidade. A mídia nos aponta cotidianamente, desde a infância, as regulações do gênero e da sexualidade, indicando punições e recompensas, e segue o fazendo na vida adulta. As relações afetivo-sexuais e a configuração familiar são algumas das temáticas comuns para as quais coerções e recompensas são repetidamente exibidas nas mídias, compondo o processo de produção da sexualidade e do gênero.

Mas o caráter pedagógico da mídia não atua apenas pela reprodução de ideais cisheteronormativos que se espalham em produções midiáticas diversas, conforme vimos. Há ainda formas em que a punição pelo desvio aos comportamentos e modos de vida normativos fica mais evidente.

Caldeira (2022), ao discutir notícias sobre feminicídio, traz à tona essa dimensão coercitiva. Entre as notícias que analisa, está a mulher assassinada porque dançou; assassinada porque, mesmo negando a dança, ofereceu carona ao homem que a havia convidado para dançar; assassinada quando contou ao marido que era prostituta; assassinada porque engravidou do namorado casado. Mais do que apontar o absurdo no ato de violência que dita o fim da vida de mulheres, as notícias publicadas em jornais, TVs e portais reafirmam a norma, sublinham *qual mulher* é preciso ser para não acabar assassinada. E, ao fazê-lo, apontam cotidianamente o assassinato como um fim possível a mulheres que não vivem de acordo com a norma de gênero.

Em um trabalho anterior (Ziller & Barretos, 2021), em que analisamos vídeos sobre mulheres lésbicas publicados no YouTube, salta aos olhos o caráter punitivo dos quatro vídeos encontrados que contêm violência física (o que é proibido pelos termos de uso da plataforma). No primeiro, um pastor agride duas mulheres negras durante um culto para expulsar os maus espíritos de seu corpo. Outros dois são filmagens de brigas entre mulheres - um deles é trecho do *Programa do Ratinho*. No quarto, o vídeo de um assalto é seguido por imagens de uma mulher sendo acusada de tê-lo praticado - já imobilizada, ela apresenta marcas deixadas por agressões físicas.

Os vídeos mostram que a violência que acomete lésbicas que não performam feminilidade é emblemática. Ao atravessar a linha tênue da norma de gênero, lésbicas que não performam feminilidade passam a sofrer as sanções normativas de ordens diversas, incluindo a violência física e simbólica que vemos nos vídeos citados.

As notícias sobre o feminicídio e violências contra mulheres lésbicas são apenas uma parcela do rol normativo veiculado pelas mídias e fazem parte da função coercitiva do papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade. Como já dissemos, uma diversidade de outras produções apontam o que *devemos* fazer: mães que cuidam das crianças e limpam a casa; jovens solteiras para quem o casamento cisheteronormativo é a meta maior a se alcançar; executivas que cuidam dos cabelos e do corpo e mantêm o marido e os filhos como o mais importante de suas vidas são alguns dos exemplos de mulheres apresentados em filmes, séries, música, animações, *reality shows* e cultos religiosos televisionados. Contudo, nos exemplos acionados por Caldeira (2022), podemos enxergar uma outra faceta de atuação do dispositivo que utiliza a mídia como ferramenta pedagógica: *o que não devemos fazer*.

5. LÉSBICAS: SEM BEIJO OU MORTAS

Se, em 1857, Charles Baudelaire teve os poemas *Lesbos e Mulheres Malditas* cortado de *Flores do Mal* por tratarem de relações lésbicas (BRETAS, 2019), a abordagem se alterou, no século seguinte, de "isso não existe" para "olha o que pode acontecer se você for assim".

O primeiro beijo entre pessoas LGBTQIA+ exibido na TV data de 1963, 11 anos depois do primeiro beijo exibido em rede nacional^[15]. Vida Alves e Geórgia Gomide protagonizaram a cena na peça de teleteatro *A Calúnia*, exibida ao vivo pela TV Tupi. Na trama, as diretoras de um internato para meninas são caluniadas por uma estudante, o que leva ao fechamento da escola. O acontecimento acaba por tirá-las do armário e as faz assumirem, com o beijo, que estão apaixonadas^[16].

35 anos depois, o casal Rafaela e Leila, interpretadas por Christiane Torloni e Silvia Pfeifer, não teve a oportunidade de terminar junto em *Torre de Babel* (TV Globo, 1998). Na trama, a explosão de um shopping eliminou as personagens, rejeitadas pelo público. Passados outros 15 anos, em *Mulheres Apaixonadas* (TV Globo, 2003), o casal de jovens namoradas termina junto, mas a trama inteira mostra apenas um beijo que aconteceu sem acontecer. Na novela, Alinne Moraes e Paula Picarelli interpretaram as colegas Rafaela e Clara, que, ao descobrirem sua sexualidade, se tornaram vítimas de lesbofobia no ambiente escolar. O casal adolescente não sofreu o mesmo grau de rejeição do público, mas pesquisas realizadas pela emissora demonstraram que a audiência não estava favorável a vê-las aumentarem seu contato físico com um beijo - que foi disfarçado pelo autor da novela, Manoel Carlos, que, no último episódio, mostrou as personagens se beijando vestidas de Romeu e Julieta durante uma peça de teatro [17].

O avanço junto ao público não significou ganho efetivo de terreno. Doze anos depois das jovens Rafaela e Clara serem relativamente bem recebidas, a rejeição ao casal de idosas vivido por Nathalia Timberg e Fernanda Montenegro, intérpretes das personagens Estela e Teresa em *Babilônia* (TV Globo, 2015), resultou em uma campanha de boicote por parlamentares da Frente Evangélica^[18]. As duas viviam um casal que, junto há mais de 30 anos, criava o neto órfão de uma delas, que chamava a ambas de "mãe"^[19]. O beijo entre as atrizes aconteceu logo na estreia, mas a rejeição à família foi tal que a emissora teria ordenado que casais LGBTQIA+ não mais recebessem destaque nas tramas^[20] e as manifestações de carinho físico entre as personagens foram suprimidas^[21].

Ainda que haja, percentualmente, poucos filmes e séries com personagens lésbicas, em muitos deles morremos no final (contagens não oficiais indicam 225 mortes de mulheres lésbicas e bissexuais só na TV^[22], mas a quantidade pode estar subestimada - apenas em 2016, 20 de nós morremos em séries audiovisuais^[23]).

Mas, mesmo quando isso não acontece, a afetividade entre mulheres não é plenamente vivida - como nos casais hétero. Sem beijos, sem carinho, sem cenas indicativas de que houve sexo, os pares LGBTQIA+ se distanciam do imaginário do que constitui um casal nas tramas, o que torna mais difícil que sirva de modelo para experiências desejáveis.

Além de haver um menor percentual de séries com personagens LGBTQIA+ e de eles, em geral, serem também minoria dentro das séries, dividindo a trama com vários outros casais heterossexuais; da síndrome da lésbica morta, parte do fenômeno *bury your gays* (Waggoner, 2018); dos relacionamentos frequentemente representados com pouco ou sem nenhum envolvimento físico; também há o crescente encerramento das séries na primeira temporada. *First Kill* (Netflix, 2022), um drama adolescente em que uma vampira e uma caçadora de vampiros se apaixonam, foi cancelada na primeira temporada mesmo após três semanas no *Top 10* da Netflix e 100 milhões de horas de visualizações^[24]. Outras séries que contavam com núcleos de personagens lésbicas, geralmente adolescentes, como *I'm Not Okay With This*, *Everything Sucks*, *Atypical*, *The Society* e *One Day At a Time* também foram canceladas pela Netflix, conhecida por espremer séries adolescentes de qualidade duvidosa ao longo de várias temporadas, como em *Riverdale*. *13 Reasons Why*^[25].

A exceção permanece sendo *The L Word* (Showtime, 2004-2009), um dos produtos televisivos de referência no que tange à apresentação de experiências e práticas relacionadas às lesbianidades. A série original teve seis temporadas, mas foi retomada recentemente com uma atualização das discussões e *The L Word: Generation Q* está em sua terceira temporada.

Mas, vale registrar, a existência de uma única série centrada nas lesbianidades ilustra perfeitamente o papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade, tanto nas questões já citadas, quanto em um outro, o da resistência. Não por acaso, Foucault preceitua que "lá onde há poder há resistência (...) resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso ou fadadas ao sacrifício" (p. 91, 1988).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre gênero e sexualidade (Butler, 2019; Lauretis, 2019; Louro, 2015; Preciado, 2014, 2018 e 2022) evidenciam as formas como a cisheteronormatividade e a binaridade de gênero são constituídas socialmente - ensinadas e vigiadas continuamente - e não parte de uma natureza pré-discursiva. Nesse sentido, sua reafirmação cotidiana é uma das ferramentas adotadas para garantir sua manutenção.

Neste artigo, buscamos evidenciar, tanto pela discussão apresentada, como pelos exemplos acionados, o papel fundamental da mídia nessa lógica. Principalmente quando ela reproduz e reitera os modos de vida desejáveis, que serão estimulados, enquanto os modos de vida dissidentes são ora invisibilizados (ou apresentados com visibilidade restrita), ora mostrados de forma a hipervisibilizar as sanções que os sujeitos desviantes sofrem. É essa dinâmica que chamamos aqui de papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade.

Tal perspectiva também pressupõe reciprocidades e resistências. A mídia não é um vilão que nos manipula, inserindo em nossas mentes as normas que serão aceitas passivamente, mas é formada pelas relações sociais ao mesmo tempo em que as compõe. Nesse sentido, há produções midiáticas sobre modos de vida normativos e dissidentes.

Entretanto, boa parte das resistências com frequência se restringe a um público específico, de circulação limitada, enquanto os ideais cisheteronormativos estão na TV aberta, nas músicas mais tocadas, nos filmes que tomam as salas de cinema e séries com altos índices de audiência, nos (per)seguem por toda a vida, desde a infância, sem cessar, restringindo o que entendemos por possibilidade - o que se torna especialmente importante a partir da noção de Butler (2019) de que o gênero é uma reafirmação cotidiana de possibilidades.

Restringi-las significa, também, atuar para que as experiências desejáveis e desejadas não contemplem certas possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fapemig pelos apoios aos projetos APQ-01686-22 e BPD-00336-22.

REFERÊNCIAS

- Alzamora, G., Ziller, J., & d'Andréa, C. (2017). Mídia e dispositivos: uma aproximação à luz de Michel Foucault.
- Antunes, E., & Vaz, P. B. (2006). Mídia: um aro, um halo e um elo. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 43-60.
- Beauvoir, Simone. (2020). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- Bishop, S. (2018). *Anxiety, panic and self-optimization*: Inequalities and the YouTube algorithm. *Convergence*, 24(1), 69-84.
- Braga, J. L. (2011). Dispositivos interacionais. *Encontro Anual da Compós*, 20, 1-15.
- Bretas, A. (2019). Deixa o velho Platão franzir seu olho austero ou Queerificando Baudelaire. *Viso: Cadernos de estética aplicada*, 13(24), 48-65.
- Bruck, M. S. (2012). Palavra: Dispositivo//Word: Device. *Dispositiva*, 1(1), 37-43.
- Bucher, T. (2012). Want to be on the top? Algorithmic power and the threat of invisibility on Facebook. *New media & society*, 14(7), 1164-1180.
- Butler, J. (2019). Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 213-230.
- Caldeira, B. (2022). *"QUEIMEM AS BRUXAS!": relatos em torno de feminicídios e o jornalismo como fogueira simbólica que incendeia mulheres mortas*. [Tese não publicada]. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (IM Xavier, trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero, uma perspectiva global: Compreendendo o gênero—da esfera pessoal à política—no mundo contemporâneo*. nVersos.
- Fischer, R. M. B. (2002). O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e pesquisa*, 28, 151-162.
- Fischer, R. M. B. (2005). O visível e o enunciável no dispositivo pedagógico da mídia: contribuição do pensamento de Foucault aos estudos de comunicação. *Verso e Reverso*, 19(40).
- Foucault, M. (1988) *História da Sexualidade*. Graal.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Graal.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir*. Leya.
- Lauretis, T. D. (2019). A tecnologia do gênero. HOLLANDA, HB de (Org.). *Tendências e impasses - o feminismo como crítica da cultura*.
- Louro, G. L. (2015). Pedagogias da sexualidade. Louro, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*.
- Leal, B., Carvalho, C. A., & Alzamora, G. (2017). Textualidades mediáticas. *Textualidades mediáticas*, 1-193. p. 59-83
- Lauretis, T. D. (2019). A tecnologia do gênero. HOLLANDA, HB de (Org.). *Tendências e impasses - o feminismo como crítica da cultura*.
- Monea, A. (2022). The digital closet. *The Digital Closet*.
- Mouillaud, M. (2002). Da forma ao sentido. O jornal. Da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, 29-35.
- Navarro, Pablo P. (2009). Del texto al sexo: Judith Butler y la performatividad. *Egales* (Barcelona-Madrid).

- Oyèwùmí, O. (2021). A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Bazar do Tempo.
- Polesso, N. B. (2020). Sobre literatura lésbica e ocupação de espaços. Estudos de literatura brasileira contemporânea.
- Preciado, P. B. (2014). Manifesto contrasexual. n-1.
- _____. (2018). Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições.
- Preciado, P.B. (2022) Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Raffnsøe, S. (2008, July). Qu'est-ce qu'un dispositif?: L'analytique sociale de Michel Foucault. In Symposium (Vol. 12, No. 1, pp. 44-66).
- Revel, Judith. (2005). Foucault: conceitos essenciais. Claraluz.
- Rich, A. (2019). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios. Rio de Janeiro: A Bolha Editora.
- Tucherman, I. (2005). Michel Foucault, hoje, ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, (27), 40-48.
- Waggoner, E. B. (2018). Bury your gays and social media fan response: Television, LGBTQ representation, and communitarian ethics. Journal of Homosexuality, 65(13), 1877-1891.
- Ziller, J., do Carmo Barretos. (2021). Lesbianidades em vídeos no YouTube: homonormatividade e violências. Anais do XXX Encontro Anual da Compós.
- Ziller, J., do Carmo Barretos, D., Bettoni, I., do Carmo Xavier, K., & Hoki, L. (2022). O algoritmo anti-interseccional: contribuições do pensamento lésbico para análises em plataformas. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, 21(39).

NOTAS

[1] Ainda que o objetivo deste trabalho seja discutir o papel pedagógico da mídia no que se refere aos gêneros e sexualidades, entendemos que as relações dos indivíduos com a norma, da docilização às resistências, são diversas, o que faz com que tal função pedagógica exercida pela mídia também perpassa as variadas instâncias da nossa experiência social.

[2]O artigo 1.514 do Código Civil afirma que “O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.”; enquanto o 1.517 determina que “O homem e a mulher com dezoito anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.”. Mesmo a união estável, regulada pelo artigo 1.723, determina que “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública,

[3]Episódio Lavando Roupa, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=23TDPMm4S5M>.

[4]“un texto cultural resultado de la sedimentación de muy heterogéneos dispositivos de disciplinamiento, entre los que la matriz sexo/género ocupa un lugar muy destacado” (NAVARRO, 2008, p. 134). Tradução das autoras.

[5] O levantamento que ilustra o argumento foi feito em 09/11/2022, no Spotify, em Paradas Semanais: top músicas Brasil, quando estavam entre as 10 mais tocadas no Brasil Eu Gosto Assim, Haja Colírio, Assunto Delicado, Casei com a Putaria, Felina, Beijo de Glicose, Ex dos meus sonhos, 5 regras, Poesia Acústica 13 e Unholy.

[6]Haja Colírio, de Guilherme e Benuto.

[7]Beijo de Glicose, de Diego e Citor Hugo, com participação de Jorge e Mateus.

[8]Ainda que Haja Colírio e Beijo de Glicose alternem o gênero de quem sofre (a ex na primeira, o ex na segunda), a letra de Haja Colírio coloca o homem no lugar de quem prescreve uma solução que a mulher precisa seguir para encerrar seu pretenso sofrimento, enquanto Beijo de Glicose aponta para uma mulher que precisa assumir os cuidados em relação àquele homem que sofre; ou seja, é responsabilidade dela seguir o que ele diz na primeira música e é também responsabilidade dela cuidar do homem que sofre na segunda.

[9]Ex dos Meus Sonhos, de Gustavo Lima.

- [10] Poesia Acústica 13, de Pineapple StormTV, Chris MC, N.I.N.A, Salve malak, Tz da Coronel, MC Cabelinho, Chefin, L7NNON, Luísa Sonza, Oruam, Xamá.
- [11] Casei com a Putaria, Mc Paiva ZS, MC Ryan SP, Kotim.
- [12] Felina, de WIU, MC Ryan SP.
- [13] Casei com a Putaria, Mc Paiva ZS, MC Ryan SP, Kotim.
- [14] Regras, de Jorge e Mateus.
- [15] Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/famosos/sabia-que-o-1o-beijo-homossexual-da-tv-brasileira-aconteceu-em-1963/>. Acesso em 08 dez. 2022.
- [16] Disponível em: <https://twitter.com/diasdecinefilia/status/1291777285264113665>. Acesso em 08 dez. 2022.
- [17] Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/publico-aprovou-lesbicas-de-mulheresapaixonadas-em-2003-mas-nao-queria-beijo-41290>. Acesso em 08 dez. 2022.
- [18] Disponível em: <https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/20/por-conta-de-beijo-lesbicoparlamentares-fazem-campanha-contra-babilonia.htm>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- [19] Disponível em: https://www.purepeople.com.br/noticia/relembre-novelas-que-deram-visibilidade-acasais-lesbicos-na-tv_a323790/1. Acesso em: 08 dez. 2022.
- [20] Disponível em <https://vejario.abril.com.br/coluna/beira-mar/gilberto-braga-comenta-nova-orientacao-daglobo-para-novela-babilonia/>
- [21] Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/globo-recua-e-corta-beijos-e-carinhos-deidosas-lesbicas-de-babilonia-7331>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- [22] Disponível em <https://www.autostraddle.com/all-65-dead-lesbian-and-bisexual-characters-on-tvand-how-they-died-312315/>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- [23] Disponível em <https://ladobi.com.br/2016/12/bury-your-gays/>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- [24] Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/entre-telas/netflix-cancela-primeira-morte-aposuma-temporada,9cf032d6d387c782311bc00487eba892ldez2gqy.html>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- [25] Disponível em: <https://newronio.espm.br/streamings-odeiam-lesbicas/>. Acesso em: 08 dez. 2022.